

Consumo e abastecimento na **História**

Denise Aparecida Soares de Moura

Margarida Maria de Carvalho

Maria-Aparecida Lopes

Copyright © 2011 Denise Aparecida Soares de Moura
Margarida Maria de Carvalho
Maria-Aparecida Lopes

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Publishers: Joana Monteleone/Haroldo Ceravolo Sereza/Roberto Cosso
Edição: Joana Monteleone
Editor assistente: Vitor Rodrigo Donofrio Arruda
Revisão: Íris Morais Araújo
Projeto gráfico e diagramação: Eliezer Abrantes Rodrigues
Assistente de produção: João Paulo Putini
Capa: Patrícia Jatobá U. de Oliveira
Assistente de produção: João Paulo Putini

Imagem da capa: *Rua do Ouvidor* de Eduard Hildebrandt (1818-1869)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C775

CONSUMO E ABASTECIMENTO NA HISTÓRIA

Denise Aparecida Soares de Moura, Margarida Maria de Carvalho, Maria-Aparecida Lopes,
São Paulo: Alameda, 2011.
452p.

Trabalhos apresentados no Colóquio Internacional Consumo e Abastecimento na História, realizado em maio de 2008 na Universidade Estadual Paulista Campus de Franca

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7939-081-4

1. Consumo (Economia) – História. 2. Abastecimento de alimentos – História. 3. Indústria cultural – Aspectos econômicos – História. 4. Distribuição de mercadorias – História. I. Moura, Denise A. Soares de (Denise Aparecida Soares de). II. Carvalho, Margarida Maria de. III. Lopes, Maria-Aparecida, 1958-.

11-1103

CDD: 306.3

CDU: 316.74:330.567.2

014807

ALAMEDA CASA EDITORIAL

Rua Conselheiro Ramalho, 694, Bela Vista

CEP 01325-000 São Paulo, SP

Tel. (11) 3012-2400

www.alamedaeditorial.com.br

SUMÁRIO

Introdução: os Complexos Significados da Trivialidade	7
PARTE I: ABASTECIMENTO MILITAR E CONSUMO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NA ROMA ANTIGA E IDADE MÉDIA	15
1. <i>A Annona</i> e a Organização do Abastecimento Militar <i>José Remesal</i>	17
2. “Comer com os Olhos”: Representação Musiva de Xênia na África Romana <i>Regina Maria da Cunha Bustamante</i>	33
3. Comércio e Abastecimento Militar: as Cunhagens na Antiguidade Tardia e o Modelo Constantiniano <i>Claudio Umpierre Carlan</i>	59
4. Estratégia e Abastecimento Militares em Amiano Marcelino (século IV d.C.) <i>Pedro Paulo A. Funari e Margarida Maria de Carvalho</i>	73
5. O Garo na Alta Idade Média: Investigações Preliminares <i>Wanessa Asfora</i>	89
PARTE II: MANTIMENTOS MOVIMENTANDO AS REDES DE COMÉRCIO	115
6. Os Portugueses e os Descobrimientos: um Povo no Limbo <i>Lélio Luís de Oliveira</i>	117
7. Circuitos Internos de Produção, Comercialização e Consumo na América Portuguesa: o Exemplo da Capitania da Bahia (século XVIII) <i>Avanete Pereira Sousa</i>	137
8. O Comércio das Carnes Secas do Ceará na Segunda Metade do Século XVIII: as Dinâmicas do Mercado Colonial <i>Almir Leal de Oliveira</i>	167
9. O Consumo como Parte do Funcionamento Econômico da Nova Espanha: o Caso da Carne na Cidade do México. <i>Enriqueta Quiroz</i>	189

10. Relações de Poder e Interesses no Comércio da Carne na Cidade de São Paulo (1765-1822) <i>Denise Aparecida Soares de Moura</i>	219
11. Polêmicas sobre o Desabastecimento Alimentar em Goiás no Século XIX <i>Sônia Maria de Magalhães</i>	245
12. Hábitos Alimentares na Cidade do México e no Rio de Janeiro: o Consumo da Carne nas Primeiras Décadas do Século XX <i>Maria-Aparecida Lopes</i>	271
PARTE III: CIRCULAÇÃO E CONSUMO DE BENS CULTURAIS: ARTE, LETRAS E VIAGENS	291
13. O Produto Turístico e Cultural: entre o Passado e o Futuro <i>Cláudia Henriques e Maria Cristina Moreira</i>	293
14. Universidade Medieval: um Locus de Produção e Conservação de Bens Culturais <i>Terezinha Oliveira</i>	323
15. Circulação e Fixidez de Ideias sobre o Oriente no Final da Idade Média <i>Susani Silveira Lemos França</i>	357
16. A Circulação de Itens Materiais Referentes à Prática Musical na América Portuguesa <i>Paulo Castagna</i>	385
17. O teatro na Cidade do México por volta da Segunda Metade do Século XIX: dos Cenários às Livrarias <i>Miguel Ángel Vásquez Meléndez</i>	413
18. Canção Popular, Meios de Comunicação e Reconfigurações do Nacional, no Chile, entre os Anos 1940 e 1960 <i>Tânia da Costa Garcia</i>	431

Introdução: Os Complexos Significados da Trivialidade

relacionado com o surgimento das cidades e universidades medievais, estas últimas definidas pela autora como um “lócus de produção de bens culturais”.

É intenção das organizadoras deste livro que os artigos aqui reunidos possam contribuir ao debate sobre o consumo na história e inspirar novas pesquisas sobre tema, sempre tendo em vista a possibilidade de combinar diferentes perspectivas historiográficas, ambientes geográficos e contextos temporais.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial. (1500-1800)*. Sociedade Capistrano de Abreu, F. Briguiet, 1934.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV ao XVIII*. Lisboa: Cosmos, 1970, 3 vols.

LABROUSSE, C. E. *Esquisse Du mouvement des prix ET des revenus em France ao XVIIIe siècle*. Paris, 1933.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1980.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo, século XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PARTE I: ABASTECIMENTO MILITAR E CONSUMO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NA ROMA ANTIGA E IDADE MÉDIA

1. A *Annona* e a Organização do Abastecimento Militar¹

José Remesal²

-
1. Este artigo retoma considerações publicadas, originalmente, no livro *La Annona Militaris y la exportación de aceite bético a Germânia* (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1986, p. 81-89) e em *Heeresversorgung und die wirtschaftlichen Beziehungen zwischen der Baetica and Germanien* (Stuttgart: Kommissionsverlag Konrad Theiss Verlag, 1997, p. 62-68). A partir de sua publicação, tornou-se referência sobre o tema do abastecimento militar romano e sua publicação em português permite, portanto, que os estudiosos lusófonos tenham acesso a este marco da historiografia militar romana (nota de Pedro Paulo A. Funari).
 2. Professor Catedrático de História Antiga, Universidade de Barcelona, Espanha.

OS CAUDILHOS DA ÚLTIMA fase da República Romana compreenderam que a melhor arma política para ganhar o apoio do povo romano era encher seu estômago. Pompeu utiliza a *cura annonae*,³ e César⁴ faz o mesmo, impondo um tributo ao azeite para Numídia, sem dúvida tendo em vista sua *cura annonae*, como demonstram as doações de azeite feitas ao povo.⁵ Augusto proclama aos quatro ventos o modo como assegurou o abastecimento de Roma.⁶ Ao mesmo tempo, a luta pelo poder havia provocado a criação de exércitos pessoais, tendência que fortaleceu Augusto ao estabelecer unilateralmente as condições do serviço militar e ao dividir o Império em províncias armadas e inermes, reservando-se o controle direto sobre as primeiras.

Para manter a fidelidade desse exército pessoal, Augusto encontrava-se em uma situação em que deveria pagar regularmente os soldos, assegurar o avitualhamento de tudo que o exército em conjunto necessitasse e a garantir a reinserção dos soldados na vida civil uma vez aposentados.⁷ Por isso, tanto o abastecimento da *plebs urbana* como do exército se tornou, do ponto de vista político, um dos grandes problemas do Imperador, de modo que se pode encontrar claramente nas fontes literárias a ideia de que o bom Imperador é

3. Cic. *Ad Att.*, iv, 1, 7.

4. Plut. *Caes.* 55. *De Bell. Afr.* 97.

5. Suet. *Caes.* 38, I. *Cass. Dio*, 43, 21, 3.

6. RGDA, 5

7. Sobre o *aerarium militare*, ver L. W. R. E. s. v. *Princeps*. CORBIER, 1974.

aquele que se preocupa em assegurar o abastecimento de Roma e do exército.⁸ Para satisfazer essas necessidades, a maior parte dos recursos econômicos que o Imperador detinha em suas mãos, tanto os de sua fortuna pessoal quanto os que pertenciam ao Estado,⁹ era direcionada para tal fim, como demonstra a rápida intervenção dos Imperadores ao criar medidas protecionistas para assegurar o abastecimento de Roma: Tibério, em 19 d.C., teve que subsidiar a importação de trigo pagando dois sestércios por módio aos *negotiatores*;¹⁰ segundo Suetônio, Tibério propôs que o Senado regulasse os preços do mercado anualmente.¹¹ Cláudio criou um novo porto em Ostia e concedeu privilégios aos que servissem a *annona*.¹² As leis de Vipsca¹³ ou a lei *de rudibus agris* apontam para a mesma direção.¹⁴

Seria quase interminável estabelecer uma lista de referências nas fontes literárias, nas quais se demonstra de que modo os Imperadores foram conscientes do valor político que existia em controlar e assegurar o abastecimento de Roma e do exército. Suetônio mostra claramente como Augusto determinou a função do Egito: país abastecedor de Roma.¹⁵ Demonstra ainda seu interesse em manter a província distante de toda atividade política possível, impedindo a entrada de senadores no Egito, o que é transmitido por Tácito e Dion Cássio.¹⁶ A reação de Tibério diante da visita de Germânico ao Egito no ano 19 d.C., ano de carestia, como já mencionamos anteriormente, e a atuação de Germânico com relação aos celeiros¹⁷ mostra até que ponto era vital manter essa política de isolamento e dependência direta do Egito, para assegurar o avitualhamento de grãos em Roma.

Augusto compreendeu que a confiança nas *frumentationes* fazia esquecer o cultivo da terra na Itália e, resoluto em eliminá-las, não levou a cabo seu plano, porque temia que a ambição política de qualquer candidato ao poder iria restituir-las.¹⁸ Durante a luta pelo poder, Vespasiano viaja para Alexandria tendo em mente controlar o avitualhamento do

8. REMESAL RODRÍGUEZ, 1986, p. 759-767.

9. Sobre o poder econômico de Augusto, ver SIRAGO, 1978; KIENAST, 1982. Sobre os recursos de seus sucessores, ver CRAWFORD, 1975, p. 35-70.

10. *Tac. Ann.* 2, 87, 1.

11. Suet. *Tib.* 34.

12. Suet. *Claud.* 18, 2.

13. D'ORS, 1953, p. 71-133.

14. WHITTAKER, 1975, p. 137-165.

15. Suet. *Aug.* 18, 2.

16. *Tac. Ann.* 2, 54. *Cass. Dio*, 51, 17, 1 e 3, 4.

17. Suet. *Tib.* 52, 2. *Tac. Ann.* 2, 54.

18. Suet. *Aug.* 40, 2.

Egito para Roma, com a clara ideia de controlar também toda a costa africana, para evitar, igualmente, o abastecimento vindo desta província;¹⁹ quando Vespasiano se apresenta em Roma, ele está acompanhado de uma frota que transporta trigo, em um momento em que os celeiros públicos estavam quase vazios.²⁰ A prodigalidade de Antônio Pio²¹ e as previsões de Septímio Severo²² mostram, como exemplos, de quais maneiras os Imperadores, a todo o momento, buscavam assegurar o avitualhamento de Roma.

Outro tanto se pode dizer em relação ao exército, e as notícias são igualmente numerosas. Sobre a importância do abastecimento militar não é preciso teorizar, como exemplo bastam as palavras de Vegetio: "*Frequentemente a penúria consome mais o exército do que a luta, e a fome é mais cruel que a espada...*"²³

Quando se louva a um general em nossas fontes literárias sua previsão é sempre mencionada. Em relação à Agrícola, Tácito diz-nos que ele sempre tinha provisões previstas para um ano.²⁴ Sobre Adriano, conta-nos que ele se esforçava em ter notícias detalhadas dos armazéns de vitualhas do exército,²⁵ isso nos diz o próprio Alexandre Severo,²⁶ e, além disso, informa-nos de sua previsão e ordem ao declarar seus itinerários e lugares de aprovisionamento com dois meses de antecedência,²⁷ seguindo seu lema:

nunca deve temer ao soldado que esteja bem-vestido, armado, calçado, suficientemente alimentado e com algo em seu moedeiro, porque é precisamente a miséria no exército que impulsiona o homem que se vê com armas nas mãos a qualquer ação desesperada.²⁸

19. *Tac. Hist.* 3

20. *Tac. Hist.* 4.

21. *SHA. AP.* 8, II.

22. *SHA. S.* 8, 5; 12, 7; 32, 2.

23. Vegetius, 3, 3. *Saeptius enim penúria quam pugna consumit exercitum, et ferro saevior fames est. Deinde reliquis casibus potest in tempore subveniri, pabuiatio et annona in necessitate remedium non habent, nisi ante condantur. In omni expeditione unum est et maximum telum, ut tibi sufficiat victus, hostes frangat inópia.*

24. *Tac. Agric.* 22, 2.

25. *SHA. H.* II, I.

26. *SHA. AS.* 15, 5.

27. *SHA. AS.* 44, 2.

28. *SHA. AS.* 52, 3: "*miles non temendus si vestitus, armatus, calciatus et satur et habens aliquid in zonula, id circo quod mendicitas militaris ad omnem desperationem vacare armatum*".

O lema pode nos servir de chave para ressaltar a relação que havia se estabelecido entre o Imperador e o exército: o Imperador devia abastecer, ou ao menos cuidar do abastecimento e de tudo que fosse necessário ao exército.

Tudo que foi escrito neste capítulo tem valor como exemplo do interesse político do tema durante o Império Romano. Agora, será preciso descobrir o modo pelo qual a administração imperial foi encontrando soluções para este problema, e de que maneira essas soluções influenciaram no desenvolvimento posterior do Império.

Os estudos sobre a *annona militaris* durante a época imperial romana foram realizados, consciente ou inconscientemente, sob a influência da máxima de Catão: “*Bellum se ipsum alet*”,²⁹ pois a pesquisa se concentrou sobretudo em aspectos que investigam a problemática interna dos quartelamentos – *horrea, fabricae, prata legionis* – e mais recentemente em aspectos relativos à interação do exército com a região onde está assentado ou pela qual transita.³⁰ Porém, uma pesquisa como a que foi proposta aqui – estudar a relação entre um produto, e seu centro produtor, com uma região e organismos consumidores, neste caso o *limes* ocidental e o exército –, até agora não foi realizada.

Ya O. Hirschfeld,³¹ R. Cagnat³² e J. Lesquier³³ entreviram o problema e escreveram sobre ele de um modo superficial, porque a documentação disponível era muito dispersa, e atualmente existe o mesmo problema. O que chama a atenção, dada a importância do tema para a administração romana, é que não existia uma titulação definida para este serviço administrativo, daí o tema não haver entrado nos estudos modernos prosopográficos, com exceção do comentário feito sobre personagens notáveis, que desempenharam missões consideradas extraordinárias vinculadas à organização de expedições concretas.³⁴

As fontes para o estudo aqui proposto podem se dividir em dois grupos: aquelas que fazem referência ao sistema geral de abastecimento do exército e aquelas que se referem a aspectos parciais e concretos relativos à organização interna do abastecimento de uma unidade militar determinada. Ambos os grupos de fontes podem se referir tanto ao abastecimento procedente da região onde se assenta o exército como ao de outras regiões.

29. Liv. 34, 9, 12.

30. Uma aproximação ao tema, com a bibliografia básica, em REMESAL RODRÍGUEZ, 1986.

31. HIRSCHFELD, 1905, p. 230-246.

32. CAGNAT, 1913, p. 311-326.

33. LESQUIER, 1918, p. 347-375.

34. DOMASZEWSKI, 1927, p. 17-18. PFLAUM, 1955, 123-154.

Aqui estudaremos com mais detalhes o segundo caso, tomando como ponto de direcionamento o estudo do abastecimento de azeite bético ao *limes* germânico. Os estudos de caráter prosopográfico mostram-nos cortes verticais na organização das distintas oficinas, relacionados ao interior delas mesmas, mas não à interdependência entre órgãos distintos e níveis de administração nos quais ocorreu, em nosso caso, a organização do abastecimento tanto de Roma como do exército. Em minha opinião, somente estudando a interação entre os órgãos distintos e os níveis da administração romana, poderemos recompor a trama histórica do abastecimento de Roma e do exército.

A criação de dois *praefecti frumenti dandi ex S. C.* em 22 a.C.,³⁵ ano em que Augusto aceita a *cura annonae*,³⁶ sua ampliação em 18 a.C. de dois para quatro³⁷ e a criação de uma comissão consular, que atuou para distribuir os alimentos durante a fome do ano 6 d.C.,³⁸ fizeram surgir, na literatura moderna, uma discussão sobre o caráter senatorial dessa magistratura, contraposta ao poder de Augusto, que emparelhou a discussão sobre a continuidade ou não da *cura annonae* desde Augusto até a criação definitiva, entre os anos 8 e 14 d.C., da *praefectura annonae*.³⁹ Em minha opinião, esta é uma disputa puramente escolástica, pois é bem conhecida a perspicácia política de Augusto, que soube alterar tudo mantendo quase inalteráveis as aparências. Além disso, deve-se distinguir nitidamente entre dois planos de atuação: a missão de monopolizar alimentos de qualquer ponto do Império para Roma e a função de repartir a quantidade que corresponde aos indivíduos que têm direito ao *frumentatio*, porque em última instância a *cura annonae* e o poder que dela emana estavam nas mãos de Augusto. Os *praefecti frumenti ex S. C.* somente podiam distribuir aquilo que Augusto colocava em suas mãos.

O estudo das *frumentationes*, a repartição de trigo aos cidadãos romanos fixados em Roma, limitou muito o estudo sobre a *annona*, pois esta foi vista, exclusivamente, como a encarregada de abastecer de “trigo” a cidade de Roma.⁴⁰ Ya D. van Berchem, com base em *Res Gestae* 5 e 18,⁴¹ apontou que Augusto não só facilitou viveres aos cidadãos romanos, mas também a todos os habitantes de Roma, independentemente de seu status jurídico.

35. Suet. Aug. 37. Cass. Dio. 54, 1, 3-4.

36. RGDA. 5.

37. Cass. Dio. 54, 17, 1.

38. Cass. Dio. 55, 26, 3.

39. Uma discussão recente sobre o tema em PAVIS D'ESCURAC, 1976, p. 14-19.

40. *Idem*, p. 17: “Nous sommes pour notre part persuadée que la cura annonae sous l'Empire implique, comme auparavant à l'époque républicaine, tout autant la responsabilité des distributions gratuites que celle de l'approvisionnement général de Rome en blé” (os grifos são nossos).

41. BERCHEM, 1939, em particular p. 70-71 e 79.

Uma confirmação disso, a meu ver, é que no ano 6 d.C. Augusto havia expulsado de Roma todos quantos pôde – escravos à venda, gladiadores, peregrinos –⁴² diminuindo assim a massa de preceptores, a fim de aumentar, proporcionalmente, as possibilidades de distribuição para os cidadãos em um momento em que não podia reunir alimentos para todos. O motim popular que exigia de Augusto uma intervenção para remediar a escassez e baixar o preço do vinho demonstra que os habitantes de Roma achavam que Augusto devia atender o abastecimento geral de Roma, e a violenta resposta de Augusto demonstra muito mais sua impotência em resolver o problema nesse momento do que sua negação ao pedido de intervenção.⁴³

Sêneca, dirigindo-se a *Pompeius Paulinus*, na ocasião *praefectus annonae*, define assim a missão deste: “*cum ventre tibi humano negotium est*”.⁴⁴ Mas é um texto de *Dio Cassius* que define claramente a função do *praefectus annonae*: *kai epi tou sitou tes te agoras tes loipes heteros*; (“tanto do grão, como dos outros produtos”);⁴⁵ e portanto, o *praefectus annonae* tinha a obrigação de controlar não só o trigo, mas também a obrigação de controlar outros produtos: *loipes heteros* (“dos outros produtos”), quer dizer, manter um preço acessível do trigo no mercado (exceto o correspondente às *frumentationes*) e atrelado ao preço do trigo, o de outros produtos básicos. Dizendo isso em linguagem moderna, o *praefectus annonae* devia dispor de um estoque de alimentos que o permitisse intervir sobre o preço de mercado, mantendo assim um “preço político” dos alimentos básicos, e, no caso de carestia, subsidiar as necessidades básicas. Controlar os preços de mercado em Roma é, em minha opinião, a principal função da *praefectura annonae*.⁴⁶

Atrás do trigo, o azeite era outro produto imprescindível na vida romana, necessário não só para a alimentação, mas também para a iluminação, cosmética, farmacopeia e para o culto. É surpreendente que na literatura moderna, devido, sem dúvida, a essa dependência direta e exclusiva imaginada entre a *annona* e a *frumentatio*, não foi aproveitado

42. Suet. *Aug.* 42, 3.

43. Suet. *Aug.* 42, 1... *satis provisum a genero suo Agrippa perductis pluribus aquis ne homines sitirent*. Uma passagem da vida de Antonino Pio (SHA. AP. 8, 11) mostra como o imperador se encarregou de solucionar a carestia de vinho, azeite e trigo.

44. Sen. *De brev. vit.* 18, 5.

45. Cass. Dio, 52, 24, 6.

46. O fato de o imperador e seu braço administrativo, a *praefectura annonae*, disporem conscientemente de depósitos fora de Roma para que pudessem controlar o mercado da cidade demonstra a atuação de Germânico no Egito e a reação de Tibério (vide supra) e a existência de *horrea* controlados por funcionários imperiais em Alexandria, Pozzuoli e Ostia.

devidamente o conjunto de fontes que demonstra claramente que o preço do azeite estava sob o controle anônimo em Roma desde a época de César.⁴⁷

César impôs a Numídia uma contribuição de 3 milhões de libras de azeite⁴⁸ e outro tanto a Léptis,⁴⁹ e se vem aceitando que, ao menos no caso de Léptis, a contribuição durou até a época de Severo quando ele concedeu à cidade o direito latino.⁵⁰ César distribuiu *extra ordinem* azeite gratuito no 46 a sua volta de Numídia,⁵¹ e Suetônio diz com precisão que foram dez libras por indivíduo.⁵² A isto se deve acrescentar o azeite recolhido como pagamento *in natura* de tributos ou o vectigales em outras províncias. No caso da Bética, sabemos por Estrabão⁵³ que as exportações de trigo, azeite e vinho já eram muito abundantes na época de Augusto e, sem dúvida, parte dessas exportações já eram realizadas em conceitos tributários ou fiscais. Com este volume de azeite, a *praefectura annonae* sempre pôde regular o preço do produto no mercado de Roma até mesmo no momento em que tal *praefectura* foi criada.

Deste ponto de vista, a *annona* teria por função em Roma regular os preços de mercado, independentemente do abastecimento das *frumentationes*. Nas províncias, sua função era encaminhar os recursos provinciais para onde a administração imperial necessitasse, daí a escassa competência judicial e administrativa do *praefectus annonae*,⁵⁴ sendo que sua função começava no momento em que o fisco imperial já dispunha dos produtos.

Era necessário definir a função da *praefectura annonae* antes de entrar em consideração sobre o abastecimento militar.⁵⁵ Augusto subsidiou a *annona* com seu próprio pecúlio, do *fiscus*, embora o custo das *frumentationes* recaísse sobre o *aerarium Saturni*. Mas já sob o controle de Cláudio, ou no máximo de Nero, as *frumentationes* recaíram

47. PAVIS D'ESCURAC, 1976, p. 188-201, considera que o azeite está sob controle anônimo em meados do século II d.C., apesar de na página 195 admitir que Léptis pagou uma contribuição em azeite desde os tempos de César até os de Severo.

48. Plut. *Caes.* 55.

49. *De Bell. Afr.* 97.

50. *Dig. L.*, 15, 8, 11.

51. Cass. Dio, 43, 21, 3.

52. Suet. *Caes.* 38, 1. Agrippa doou azeite em 33 a.C. (Cass. Dio, 43, 21, 3) e Nero o concedeu a senadores e cavaleiros por motivo da inauguração de umas termas e um ginásio (Suet. *Ner.* 12, 3. Cass. Dio, 61, 21, 1).

53. Strab. 3, 2, 6.

54. PAVIS D'ESCURAC, 1976, p. 267-289.

55. O estado atual da questão sobre o abastecimento militar em: *Armée et fiscalité dans le monde antique*, 1977, em particular os artigos de D. v. Berchem, J. M. Carrié e P. Ducrey.

sobre o *fiscus*.⁵⁶ Entretanto, parte dos produtos monopolizados pelo *fiscus* vinha como o pagamento do *tributum soli* das províncias senatoriais, cujo ingresso deveria se efetuar no *aerarium Saturni*.⁵⁷ Talvez as *frumentationes* corressem a princípio a cargo desses ingressos. Assim, poder-se-ia explicar melhor o sentido das *Res Gestae*, quando Augusto diz que, a partir do ano 18 a.C., sempre que a cobrança dos impostos estava atrasada, dava vales de trigo “*ex horreo meo*”, com o que Augusto separa os produtos procedentes de tributos daqueles monopolizados por seu *fiscus*.⁵⁸

Ao mesmo tempo, o abastecimento do exército dependia do *fiscus*, porque um mesmo caixa – o fisco – monopolizava e pagava os recursos alimentícios de Roma e do exército. Em minha opinião, uma única oficina – a *annona* – encarregava-se de distribuir a Roma e ao exército o tanto de alimentos de que necessitavam, assim se explica a ausência de uma *annona militaris* durante o alto Império.

Mas se o fisco monopolizava produtos alimentícios recolhidos como tributos que deviam incorporar-se no *aerarium Saturni*, faz-se necessário pensar que entre ambos os caixas existiu um “sistema compensatório”,⁵⁹ assim se podem entender as “doações” de dinheiro de Augusto ao *aerarium Saturni*. O que Augusto estava fazendo era, talvez, satisfazer com dinheiro o que por outro lado tinha monopolizado *in natura*. A absorção de parte dos vectigales pelo fisco na época de Cláudio⁶⁰ também pode ser explicada deste modo, pois assim o fisco reduzia este jogo financeiro ao ficar a cargo das *frumentationes*, incluindo em seu haver algo pelo qual, até o momento, o *aerarium Saturni* tinha que compensar.

Desse modo, são igualmente inteligíveis as confiscações neronianas na África, pois quando o imperador passava a ser dono dessas terras, elas se convertiam em *dominium principis*, cuja administração passava a depender do fisco, assim aumentava o poder do imperador não somente sobre o controle dos recursos alimentícios, mas também dos recursos financeiros.

Vem se defendendo⁶¹ que o recolhimento dos produtos necessários à *annona* estava sob o controle do governador da província. Naturalmente dele dependia, enquanto magistrado

56. *Tac. Ann.* 15, 18. *Stat. Silv.* 3, 3, 100. HIRSCHFELD, 1905, p. 236. BERCHEM, 1939, p. 71. Veja também Rostovzeff, *RE. s. v. Fiscus*.

57. As relações entre o *aerarium Saturni* e o *fiscus* foram estudadas por DE DOMINICIS, 1963, 1, p. 567-597. *Idem*, 1970, p. 133-144.

58. *RGDA*, 18.

59. Assim o admite R. Cagnat seguindo J. Marquardt e O. Hirschfeld. Cagnat, 1913, p. 316.

60. Vide nota n. 54.

61. PAVIS D'ESCURAC, 1976, p. 160-164.

superior, toda atividade política, judicial e administrativa da província.⁶² Entretanto a documentação existente mostra de que modo a monopolização de víveres para a *annona* estava sob o controle dos procuradores imperiais: Estrabão indica tal fato claramente, ao explicar a organização administrativa da Hispânia que o abastecimento do exército ali estacionado dependia dos procuradores.⁶³ O recente achado do decreto de requisição de *Sex. Sotidius Strabo Libuscidianus*,⁶⁴ da época de Tibério, mostra de que modo se facilitava o trabalho desses procuradores ao obrigar os habitantes da região a facilitar carros e animais de tiro e carga. Ainda que o decreto não mencione diretamente por qual motivo os procuradores precisavam desses carros e animais, fica claramente exposta a função da exclusão que se faz nas linhas 21-23 de quem transportava o trigo e outras mercadorias privadas.⁶⁵

Plínio, o Jovem, em uma de suas cartas a Trajano, mostra-nos a mesma situação presente no decreto de *Sotidius Strabo*, em que ele, o governador, manifesta ao príncipe seus esforços em satisfazer às necessidades técnicas, neste caso a ajuda de soldados, que inquietavam o procurador na compra e recolhimento do trigo.⁶⁶ O fato de os soldados terem colaborado na tarefa de monopolizar e transportar alimentos por conta do Estado não só é demonstrado no texto dessa carta e no decreto de *Sotidius Strabo*, mas também em numerosos papiros.⁶⁷

Um texto de Ulpiano mostra até que ponto os *procuratores fisci* tinham poder nas províncias, ao sugerir que no caso de conflitos fiscais o governador deve deixar o assunto nas mãos dos procuradores.⁶⁸

Por último, quis trazer à colação um conhecido fragmento do panegírico a Trajano: “*Emit fiscus quidquid videtur emere. Inde copiae, inde annonae, de qua inter licentem vendentemque conveniat, inde hic satietas nec fames usquam*”.⁶⁹

62. Dig. I, 18, 4. Do governador dependia a organização da *annona* provincial no caso de necessidade, como demonstra o decreto de L. Antistius para resolver a carestia de trigo em Antioquia de Pisídia entre 87 e 89 d.C. (AE. 1926, 371). Mas para o imperador o abastecimento de Roma e do exército estava acima do interesse provincial como demonstra o caso de um procônsul da África, *Hymetius*, que foi condenado ao exílio por facilitar para a província, em tempos de carestia, o trigo destinado à Roma (Amm. Marc. 38, 1, 17) (*apud PAVIS D'ESCURAC*, 1976, p. 163).

63. Strab. 3, 4, 20.

64. MITCHELL, 1976, p. 106-131. *Idem*, 1982, p. 99-100.

65. ...*lis qui frumentum aut aliudquid tale vel quaestus sui causa vel usus portant praestari nihil volo...*

66. Plin. *Epist.* x, 27.

67. LESQUIER, 1918, em particular o cap. VIII. SCHWARTZ, 1948, p. 179-200. GUÉRAUD, 1950, p. 107-115.

68. Dig. I, 16, 9, pr. ...*sane, si fiscalis pecuniaria causa sit, quae ad procuratorem principis respicit; melius fecerit (proconsul) si se absteineat. (Ulp. 1 off. proc.)*. Vide os trabalhos de De Dominicis citados na nota 57.

69. Plin. *Paneg.* 29, 5.

A meu ver, seguindo a opinião de Rostovzeff⁷⁰ e van Berchem,⁷¹ *copiae* significa o abastecimento do exército e *annonae* o de Roma. Sirva este texto de colofão da interpretação aqui desenvolvida sobre a relação entre o abastecimento de Roma, do exército e o fisco, e sobre a intervenção administrativa e financeira das oficinas distintas.

Essas considerações nos levam a um problema de maior envergadura: se os procuradores, como agentes do fisco, estavam encarregados de monopolizar os produtos procedentes de impostos ou de compras e despachá-los para onde fosse necessário, para Roma ou qualquer outro ponto do Império onde o exército necessitasse deles, devemos pensar não só em um sistema de compensação entre o *aerarium Saturni* e o *fiscus*, mas também em um sistema de compensações dos caixas provinciais entre si, e entre os caixas e a oficina central do *fiscus*.

Um exemplo pode nos auxiliar a compreender essa ideia: se um procurador em Bética recebeu azeite proveniente do pagamento do *tributum soli* (cujo importe teria de ser entregue no *aerarium Saturni*) ou mesmo o azeite comprado pelo fisco, e o enviou a Germânia, onde outro procurador o utilizou para servir ao exército, que por sua vez teria que pagar por esse azeite descontando do pagamento dos soldados, o dinheiro que deveria vir de Roma, é lícito pensar que a movimentação do azeite de numerário inerente a esta transação se efetuou mediante um sistema de compensação entre caixas. Deste modo, pode-se supor que o Estado romano, com tão escassa quantidade de numerário, como já foi indicado por outros pesquisadores,⁷² estivesse realizando abundantes e complexos movimentos financeiros.

Caso se admita que tenha existido um sistema de compensação entre caixas provinciais, pode-se entender que um soldado pudesse ser enviado a regiões distantes de seu quartelamento em busca de alimentos ou de produtos elaborados.⁷³ Assim, os soldados viajavam de um extremo a outro do Império sem ter que levar consigo o importe em metal da compra – com o conseqüente risco que isso pudesse oferecer – pois pelos lugares que transitavam eram atendidos pelas autoridades locais, como demonstra o já mencionado

70. M. Rostovzeff, *RE*, s. v. *Fruentum*.

71. BERCHEM, 1937, p. 117-202, em particular 141. Para H. G. Pflaum, *annona* significa o abastecimento de trigo, e *copiae* o abastecimento em geral, opinião que não concordo. Pflaum observa que os indivíduos relacionados com o termo *copiae* são de classe mais elevada que os relacionados com o termo *annona*, e isto reforça, acredito eu, a opinião a que me atenho.

72. Uma discussão sobre o tema em REMESAL RODRÍGUEZ, 1982.

73. *P. British Museum*, 2851. 11, 17-24. FINK, 1971, p. 63.

decreto de *Sotidius Strabo* e *Sículo Flaco*,⁷⁴ e uma vez na província de destino, deviam ser atendidos pelos procuradores imperiais.

Sintetizando: Augusto criou uma estrutura administrativa tão simples quanto eficaz: um *praefectus annonae* em Roma, com seu *officium*, capaz de centralizar e coordenar as operações de monopólio e distribuição, ligadas a alguns delegados nas províncias – os *procuratores Augusti* – que se encarregavam de obter o produto e de dispor do auxílio dos militares integrados no *officium* do governador da província⁷⁵ para o desenvolvimento de sua missão.

Esta administração foi se complicando ao longo do Império, tanto dentro da oficina central, como dentro da organização provincial. Neste ponto será preciso distinguir de que modo funcionou e evoluiu o sistema anônimo para o interior do exército e quais foram as estruturas administrativas que se desenvolveram ao longo do Império.

Caso se aceite a opinião até aqui exposta, explica-se claramente porque ao longo do Alto Império não existiu entre os militares nenhuma graduação ou classe em relação direta e exclusiva com o sistema de aprovisionamento e porque é tão difícil definir a verdadeira função de todos aqueles que se relacionam, ao interior do exército, com o aprovisionamento: *praefectus castrorum*, *primus pilus*, *signifer*, *optio*, *beneficiarius*, *tesserarius*, *curator*, *summus curator*, *frumentarius*, *actuarius*, *exceptor*, *ensor frumentarius*, *duplicarius*, *cibariator*, etc.

Bibliografia

Armée et fiscalité dans le monde antique. Paris 1977.

BERCHEM, D. Van. "L'annone militaire dans l'Empire Romain au III siècle". *Memoires de la Société Nationale des Antiquaires de France* 10, 1937, p. 117-202.

_____. *Les distributions de blé et d'argent a la plèbe romaine sous l'empire*. Geneve, 1939.

CAGNAT, R. *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire de l'Afrique sous les empereurs*. Paris, 1913.

CORBIER, M. *L'Aerarium Saturni et l'Aerarium militare*. Roma, 1974.

74. Sic. Flac. *De cond. agror.* (Ed. Lachmann), 165, 3-8.

75. Conhecemos também soldados dependentes diretamente dos procuradores (Dig. XIII, 7, 43, 1; CIL XIV, 125; CIL VI, 8471; CIL XI, 20; CIL XIV, 160; CIL XIV, 409). Veja também SPEIDEL, 1977, p. 687-730, em particular p. 696 (agora em SPEIDEL, 1984, p. 229-272 (238)).

- CRAWFORD, D. J. "Imperial Estates". In: FINLEY, M.I. (Ed.). *Studies in Roman Property*. Cambridge, 1975, p. 35-70.
- DE DOMINICIS, M. "Sulle attribuzioni dei procuratores imperiales nelle provincie senatorie". In: *Studi in onore de Biondo Biondi*, 1963.
- _____. "In tema di giurisdizione fiscale nelle provincie senatorie". In: *Scritti romanistici*. Padova, 1970.
- DOMASZEWKI, A. Von. "Die Annona des Heeres im Kriege". In: *Epitymbion Heinrich Swoboda*, 1927.
- D'ORS, A. *Epigrafia jurídicas de la España Romana*. Madrid, 1953.
- GUERAUD, O. "Un vase ayant contenu un échantillon de blé". *Journal of Juristic Papyrology* 4, 1950, p. 107-115.
- FINK, R. O. *Roman Military Records on Papyrus*. Princeton, 1971.
- KIENAST, D. *Augustus: Prinzeps und Monarca*. Darmstadt, 1982.
- HIRSCHFELD, O. *Die Kaiserlichen Verwaltungbeamten bis auf Diocletian*. Berlin, 1905.
- LESQUIER, J. *L'armée romaine d'Égypte d'Auguste à Diocletien*. Cairo, 1918.
- MITCHEL, S. "Requisitioned Transport in the Roman Empire: a New Inscription from Pisidia". *Journal of Roman Studies* 66, 1976, p. 106-131.
- _____. "The Requisitioning Edit of Sex. Sotidius Strabo Libuscidianus". *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 45, 1982, p. 99-100.
- PAVIS D'ESCURAC. *La préfecture de l'annone, service administratif impérial d'Auguste à Constantin*. Roma, 1976.
- PFLAUM, H-G. "Deux Carrières équestres de Lambèse et de Zana (Diana Veteranorum)". *Lybica* 3, 1955, p. 123-154.
- RE: *Real Encyclopadie der classischen Altertumswissenschaft*.

- REMESAL RODRÍGUEZ, J. "Ölproduktion und ölhandel in der Baetica: ein Beispiel für die Verbindung archäologischer und historischer Forschung". *Münstersche Beiträge zur Antike Handelsgeschichte* 2, 1983, p. 91-111.
- _____. "Die Organisation des Nahrungsmittelimportes am Limes". In: *Studien zu den Militärgrenze Roms*. Stuttgart, 1986, p. 759-767.
- SCHARTZ, J. "Le Nil et le ravitaillement de Rome". *Bulletin de l'Institut Française d'Archeologie Orientale* 47, 1948, p. 179-200.
- SIRAGO, V. *Principato de Augusto*. Bari, 1978.
- SPEIDEL, M. The Roman Army in Arabia. Aufstieg und Niedergang de römischen Welt, 11/8, 1977, p. 687-730 (= Roman Army Studies, 1. Amsterdam 1984, p. 229-272)
- WHITTAKER, C. R. "Agri deserti". In: FINLEY, M. I. (Ed.). *Studies in Roman Property*. Cambridge, 1975, p. 137-165.